

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – ANPEGE

ELEIÇÃO DE DIREÇÃO PARA O BIÊNIO 2022-2023

CHAPA: “OUTROS OUTUBROS VIRÃO”

Composição:

Prof. Dr. Adão Francisco de Oliveira – PPGG/UFT (Presidência)

Profa. Dra. Ana Carolina de Oliveira Marques – PPGGeo/UEG (Secretaria)

Prof. Dr. Willian Simões – PPGGEO/UFGS (Tesouraria)

Drando. Cezar Freitas Barros – PPGGH/USP (Discente)

A atual conjuntura nacional brasileira é marcada pelo momento mais perigoso da história da redemocratização do país, tanto à nação quanto ao Estado. A satisfação do projeto capitalista ultraneoliberal, imposto pelas grandes corporações econômicas aos Estados Nacionais sob a batuta do capital financeiro, encontra no Brasil um aliado servil e violento, com incorporação no próprio Governo Federal. Trata-se de um movimento com feições neofascistas, que advoga o fim das restrições ao porte de armas de fogo; o emprego da violência contra diferentes, diferenças e opositores; o negacionismo da ciência; a militarização da Educação Pública; e a profissão de fé nas escolas.

Os reflexos de um governo orientado por essa lógica se refletem nos sucessivos equívocos das políticas e da gestão públicas. No trato da pandemia do Coronavírus/Covid-19, a negação do saber científico e a recusa governamental em negociar em tempo hábil a compra de vacinas impactou na morte de mais de 400 mil brasileiros dos 602 mortos pela doença nesta data. Em 2020, ano da eclosão da pandemia, quando crianças, jovens e professores de todo o país tiveram que reinventar a escola através do ensino remoto, expondo as vísceras da desigualdade regional e de classes, o orçamento do Ministério da Educação não foi totalmente executado, além de ter sofrido um histórico corte de 40% na definição orçamentário de 2021. Na previsão orçamentária para 2022, a Ciência, Tecnologia e Inovação recebeu um estrondoso e impiedoso corte de 90% de seu orçamento, o que inviabilizará a conclusão da maioria das pesquisas em execução país afora.

Na cola desses desacertos, a política econômica ameaça o país a entrar numa bancarrota. No século XXI o Brasil ainda não havia vivido uma inflação que alcançasse a casa de

dois dígitos, como agora. Há um sensível desinvestimento no setor industrial, responsável pela sustentação das maiores riquezas produzidas pelo país, pelo maior emprego de trabalhadores e por significativa arrecadação fiscal. Isso tem provocado uma desindustrialização nacional, que ocorre na contramão da expansão do agronegócio, notadamente nas monoculturas de grãos para exportação. Aliás, cabe ressaltar que a política cambial tem favorecido a valorização do dólar em relação ao real, aumentando ainda mais as margens de lucro dos grandes produtores rurais e favorecendo o crescimento econômico desse setor.

Acontece que este setor, hoje altamente modernizado, é o que menos emprega trabalhadores e é o que recebe os maiores incentivos fiscais e subsídios governamentais. Os seus lucros forçam uma corrida pela expansão territorial de áreas produtivas, o que faz desse setor o principal responsável pelo desflorestamento da Amazônia e pela onda de violência contra camponeses e indígenas, amplificada nos últimos 6 anos.

O que se percebe é que, em pleno século XXI, o Brasil caminha em marcha à ré na história, retroagindo na sua referência regional, nas suas conquistas democráticas, na sua influência política, nos direitos de sua gente, na redução das desigualdades, na educação de seu povo, na suficiência científica e tecnológica. Tudo isso, sem dúvida, coloca imensos desafios não só ao conhecimento geográfico e, por decorrência, à pós-graduação em Geografia, mas também aos geógrafos enquanto sujeitos de seu tempo.

Ao olhar para as pontas históricas da constituição da Anpege, num movimento metodológico de redução partindo desta atual conjuntura, se enxerga no XIV Enanpege “A Geografia que Fala ao Brasil”, revelando as mazelas da pandemia face à desumanidade do projeto capitalista ultraneoliberal; e aquele 04 de setembro de 1993, quando no encerramento do IV Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia os signatários do evento criaram a Anpege e elegeram Milton Santos como o seu primeiro presidente. Naquele contexto, em que pese os desafios políticos próprios da radicalidade neoliberal do governo Collor em confronto com as expectativas de regulamentação dos capítulos da Constituição de 1988, a grande luta da Anpege era na perspectiva de **ampliar e estruturar a pós-graduação em Geografia pelo Brasil afora**, notadamente com a correção das distorções e assimetrias regionais.

Até então, a pós-graduação em Geografia no Brasil estava muito concentrada na região Sudeste (com destaque para as IES de SP) e com singela representação no Nordeste e no Sul. Com essa incipiência, particularmente frente a outras áreas das Ciências Humanas, a

primeira grande ação na perspectiva da organização representativa se deu em 1983, com a edição do I Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia, o que indica um intervalo de 10 anos na gestação da Anpege. Em 1993, quando criada, esta associação já representava 9 programas, ampliados a partir de 1998 e depois a partir de 2003 até chegar ao patamar de 71 programas afiliados em nossos dias, de um total de 77 programas existentes.

Sem dúvida, temos uma conjuntura muito distinta, em que todas as regiões contam com programas de pós-graduação em Geografia, mas que encaram o desafio de, por um lado, verem estabelecidos parâmetros de avaliação diferentes para programas com estruturas e notas diferentes e, por outro lado, não padeçam face aos cortes orçamentários que inviabilizam a pesquisa científica hoje. Assim, esta chapa defende:

COMO PRINCÍPIOS:

1. Reafirmação do papel da Geografia na defesa do Estado Democrático de Direito nessa conjuntura marcada pelo avanço das forças ultraneoliberais, neofascistas, obscurantistas e negacionistas.
2. Defesa da ciência, da pesquisa e da inovação com autonomia universitária, estrutura e financiamento do Estado brasileiro a serviço da dignidade das vidas e do bem comum.
3. Atuação engajada contra todo e qualquer retrocesso na manifestação da diversidade de sujeitos e de lugares na produção do conhecimento.

COMO PROPOSTAS:

1. Atuar por uma pós-graduação a serviço da Geografia, e não uma Geografia a serviço da pós-graduação.
2. Ampliar o intercâmbio e das redes de pesquisadores na América Latina e em outras regiões do planeta, a exemplo da CLACSO, e publicar dossiês temáticos contemplando a pluralidade da produção geográfica a partir destas redes.
3. Fomentar o debate e o respeito pela pluralidade de ideias e de referências políticas, epistemológicas e filosóficas, sem perder de vista o horizonte do engajamento político na defesa do Estado Democrático de Direito e na defesa da dignidade das vidas.
4. Articular com associações de diferentes áreas da Geografia e outras organizações e entidades acadêmico-científicas.
5. Dialogar, apoiar e atuar com os grupos, coletivos, entidades de classe, sindicatos e movimentos sociais.

6. Fortalecer o apoio político aos programas de pós-graduação e o diálogo com suas respectivas coordenações.
7. Primar pela equidade entre os programas de pós-graduação em Geografia, trabalhando por políticas perenes de financiamento.
8. Criar e fortalecer as Comissões e Grupos de Trabalho para o enfrentamento das questões vinculadas à atuação política em defesa da Pesquisa e da Educação em todos os níveis de ensino, do Estado Democrático de Direito e das questões candentes relacionadas ao território brasileiro.
9. Contribuir com o fortalecimento dos cursos de graduação em Geografia em estreito diálogo com os cursos de Pós-Graduação em Geografia.
10. Estimular maior participação dos professores da Educação Básica nos fóruns da Anpege.
11. Trabalhar a democratização da publicação científica, gerando oportunidades aos programas de pós-graduação e aos seus pesquisadores.